



**AGRICULTURA NO BRASIL EM TEMPOS DE EXPANSÃO E
MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO AGRONEGÓCIO**

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i61.16748



Conceição de Maria Sousa Batista Costa

Universidade Federal do Piauí – UFPI – Brasil

Masilene Rocha Viana

Universidade Federal do Piauí – UFPI – Brasil



Resumo:

A agricultura no Brasil em tempos de expansão e monopolização do território pelo agronegócio é o foco do presente artigo desenvolvido fundamentalmente a partir de pesquisa bibliográfica em livros e periódicos, consistindo também em parte do acúmulo analítico de pesquisa de maior escopo. O estudo evidencia os avanços e permanências da agricultura no Brasil, dos primórdios - quando ainda sob hegemonia das oligarquias agrárias -, aos processos mais recentes que, a partir da modernização conservadora, desembocam, na atualidade, na ampla projeção da economia do agronegócio. Os resultados indicam as tensões desse modelo hegemônico contemporâneo, no contraponto às necessidades da agricultura familiar. Com a expansão do território pelo agronegócio, forja-se uma agricultura ultra modernizada para produção em larga escala de *commodities* para exportação e assentada na velha concentração da propriedade fundiária. Nessa dinâmica, vem sendo produzidas lógicas e teses em confronto, na medida em que as classes subalternizadas, afeitas ao universo familiar na

produção e reprodução da vida no campo, colhem os efeitos deletérios da monopolização do território pelo capital, muitas vezes tensionando e resistindo, outras, subsumindo-se ou adaptando-se ao mercado, até por força das necessidades prementes impostas pela pobreza no campo.

Palavras-chave: Agricultura; Agronegócio; Território.

Introdução

A agricultura é um dos “terrenos” da economia e de produção social da vida na atualidade no Brasil onde se expressam de forma mais significativa as tensões, os antagonismos e as desigualdades sociais na produção e reprodução da existência, se fazendo necessário um esforço para desfeticizar as contradições que a envolvem, sobretudo em face da expansão e monopolização do território pelo agronegócio - particularmente o de produção de grãos -, ante um cenário de depredação de biomas, desmatamento e mesmo de absorção de parte significativa da força de trabalho do(a) agricultor(a) familiar, outrora afeito à unidade produtiva da família e da roça e reproduzindo um *modus vivendis* distinto da economia de escala demandada pelo agronegócio.

É fato inconteste que o Brasil experimentou mudanças significativas nas últimas décadas com incremento na agricultura capitalista gerando impactos descomunais no meio ambiente, nas políticas públicas e na realidade dos trabalhadores no campo; sem, contudo, apresentar grandes novidades no que tange à concentração fundiária, marca da história nacional. Os cenários abastados e luminosos da grande propriedade e do capital, que com maquinários e tecnologias cada vez mais sofisticadas fazem crescer os índices de produtividade de grãos para o mercado externo, contrasta com cenários de pobreza, exploração do trabalho e migração temporária de uma agricultura familiar mergulhada nas contradições de um momento político onde se faz realidade a hegemonia neoliberal dirigindo as respostas do Estado às necessidades do campo, óbvio que prioritariamente às demandas das classes dominantes.

É nessa seara de preocupações que se insere a presente artigo. A pesquisa e produção do texto respondeu a inquietudes nascidas da observação da realidade e de aproximações sucessivas ao universo desigual e combinado das relações entre empresas capitalistas no campo e as atividades da agricultura de bases camponesas, assentada na unidade produtiva familiar.

No presente artigo a atenção está dirigida especialmente para a agricultura capitalista no Brasil, buscando identificar suas principais características, fases, classes e modelos em tensões, de forma a oferecer uma visão ampliada dos avanços, mas também de suas permanências ao longo do processo histórico, uma delas, certamente, a produção de monoculturas assentada na grande propriedade, em um país de alta concentração da propriedade fundiária.

No que tange aos delineamentos teórico metodológicos e as fontes de dados, o presente artigo foi produzido a partir de ampla revisão bibliográfica em produções acadêmicas sobre a temática, envolvendo um diálogo em especial com aportes teóricos de matriz crítica, com destaque para as contribuições de Delgado (2005, 2012), Wanderley (2003), Ianni (1984), Oliveira (2001, 2013), Martine (1991), Schwarz (2000), Prado Júnior (1972), Fernandes (2001, 2003, 2008), Martins (1983), entre outros.

As páginas seguintes foram estruturadas na forma de duas seções fundamentais, seguidas de notas conclusivas. A primeira dirigiu a atenção para os processos anteriores à consolidação da revolução burguesa no Brasil até o momento de afirmação da política nacional desenvolvimentista e seus influxos industrializantes e de urbanização e seus efeitos sobre o modelo outrora ancorado na produção agrícola para o mercado externo.

A segunda seção trata da agricultura capitalista da modernização conservadora à atualidade período de projeção da economia do agronegócio, de forma a apresentar, em largos traços, características da agricultura do período de ditadura militar aos tempos hodiernos, pontuando em particular nessa seção, os paradigmas em disputa, em torno da questão agrária, buscando refletir suas determinações mais concretas, em tempos de crescimento de formas precárias de absorção da força de trabalho, de pouco investimento no custeio da agricultura em bases familiares, sobretudo, em face do avanço do agronegócio que, de forma avassaladora, vem produzindo mudanças no trabalho no campo, no meio ambiente (com usos deletérios de venenos nas plantações, entre outras práticas), tencionando a vida dos trabalhadores subalternizados do campo.

***“Em que se plantando tudo dá”*: a agricultura no Brasil**

Os primeiros registros escritos sobre o Brasil, dos tempos em que os povos europeus aqui aportaram, se apropriando desse território, o apresentavam como uma terra “*em que se*

plantando tudo dá” marcando o registro de seus potenciais para o abastecimento das populações com alimentos provindos da terra. Essa foi uma marca que atravessou séculos, e que ainda é significativamente forte. De lá para cá, os braços que abasteceram os centros metropolitanos com café, (cana de) açúcar e outros produtos vindos da terra (não necessariamente para alimentação) tiveram o braço forte de pessoas escravizadas por quatro séculos, trabalhadores em geral de grandes propriedades e cultivando monoculturas para exportação.

Porém, o alvorecer do século XX trazia o espírito renovador do liberalismo e sinalizava para as mudanças que muitos já enxergavam como tardias, ou como faz Schwarz (2000), identificando que *as ideias estavam fora do lugar*. Em um trabalho sobre a obra machadiana, portanto, aparentemente distante da temática aqui tratada, há uma análise crítica de monta assentada nas conexões entre a forma literária e o processo social nos inícios do romance brasileiro, buscando alcançar as contradições e desvelar as condições, as farsas e embutes da recepção do liberalismo no Brasil quando ainda era o favor, as práticas clientelistas e a escravidão o que davam sustentação ao modelo social e econômico vigente, situando as ideias, liberais, fora do lugar.

Destarte, retratando as condições materiais da existência no Brasil dos primeiros anos de independência, Schwarz (2000, p.13) assevera que “éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo”, sendo inevitável, por exemplo, “a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a economia era voltada” afinal, como insiste o autor (2000, p.14), “o latifúndio escravista havia sido na origem um empreendimento do capital comercial, e, portanto, o lucro fora sempre seu pivô”.

Com efeito, tal como Titan Júnior (2000) afirma: “dependíamos da escravidão e do clientelismo para pagar nosso bilhete de entrada no concerto das nações”, o que “emprestava à vida das ideias entre nós uma certa feição enviesada, que simultânea e necessariamente ‘degradava e condenava seus participantes’”. Assim, as ideias liberais do progresso e da modernidade conflitavam com o atraso, cuja instituição da escravidão moderna era corolário, ou como lembra Caio Prado Júnior, (1972, p.270), surgindo “como um corpo estranho que se insinuava na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia”.

Será dos escombros dessa sociedade desigual, eivada de contradições e *desconcertante*, que a partir dos anos 1930 despontará uma crise do modelo agroexportador e a emergência da industrialização do país. Considera-se, tal como indicam Soares e Viana (2019) que os anos imediatamente após a abolição indicariam mais permanências que mudanças na vida política e econômica do Brasil, “embora já portassem o germe da *revolução burguesa*” (SOARES; VIANA, 2019, 25). É analisando esse contexto que Fernandes (2005) enxerga os primeiros sinais da revolução burguesa no Brasil, em um percurso histórico bem distinto do que ocorrera na Europa.

O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição *marca o início da modernidade no Brasil*, e praticamente separa (com um quarto de século de atraso, quanto às datas de referência que os historiadores gostam de empregar – a abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 20) a “era senhorial” (ou o antigo regime) da “era burguesa” (ou a sociedade de classes) (FERNANDES, 2005, p.239, grifo nosso).

Daquela conjuntura mudancista dos anos 1930, tomada por muitos como portando uma “revolução”, brotavam - por força das lutas operárias que já se faziam realidade entre nós-, direitos sociais e trabalhistas, sob influência da matriz política liberal e do positivismo. Eram tempos de ascensão de novos sujeitos na cena pública, de crescimento das cidades, de acirramento da questão social que dava sinais de que não poderia mais ser enfrentada como caso de polícia, demandando um Estado garantidor de proteção social aos trabalhadores.

Antunes (2011, p.82) referindo-se ao contexto da eclosão da chamada Revolução de 1930 e o advento do Vargasismo, e sua política de industrialização, afirma que “pela primeira vez, estruturava-se um projeto burguês nacionalista, cujo eixo da política social era voltado para a cooptação da classe trabalhadora e sua subordinação aos interesses do capital e do Estado”, Para ele, a chamada revolução de 1930, tratava-se mais que um *golpe* e menos que uma *revolução* (burguesa).

Entretanto, como assevera Ianni (1984), as mudanças processadas “de cima”, preservaram as oligarquias rurais e davam abertura a industrialização que se alinhava às ideias de progresso e desenvolvimento, ocorrendo uma vitória parcial da cidade sobre o campo, na medida em que

as elites agrárias perdiam o fôlego na direção sociopolítica do Estado, e esse assumia a tarefa de criar as condições para o desenvolvimento do capitalismo no país. Em suma, “o conjunto das atividades estatais, no período de 1930 a 1945, assinalaram a agonia do Estado de tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado propriamente burguês” (IANNI, 1984, p. 26). Esse processo alcança aceleração nos anos 1950 com o incremento da urbanização e o modelo de substituição de importações.

Curioso é que, como afirma Mantega (1990, p. 29), à medida em que se aproximava os anos 1950, “a crença no liberalismo perdia terreno na esfera ideológica, que se inclinava em favor da nova ideologia nacionalista desenvolvimentista”, de caráter intervencionista. Mantega, (1990, p.26) expõe a tensão que se estabeleceu no conflito de forças econômicas anteriores à afirmação do nacional desenvolvimentismo, afinal, de um lado, estavam “as oligarquias agroexportadoras, comprometidas com a burguesia comercial importadora e exportadora, e com o imperialismo comercial e financeiro, que defendiam o livre trânsito de capitais e mercadorias”, e atentos quanto ao uso dos recursos públicos em particular para as atividades da produção agropecuária e sua infraestrutura. Do outro lado, estavam as forças sociais modernizantes da burguesia industrial “que ganhavam projeção na esteira da expansão urbano-industrial, configurada pela emergência e consolidação da acumulação industrial em bases nacionais, carentes de proteção da concorrência externa, de infraestrutura, insumos, enfim, de uma maior intervenção estatal” (MANTEGA, 1990, p.26).

Nesse mesmo diapasão, Silva (1980) entende que uma nova fase de transição da economia brasileira, se configurou no período de 1933 a 1955. O setor industrial, nesse período, foi se consolidando de maneira paulatina e o centro das atividades econômicas se deslocou do setor cafeeiro-exportador em direção à industrialização, ou seja, a indústria foi progressivamente assumindo o comando do processo de acumulação de capital por meio da substituição das importações, que consistia na fabricação de produtos que antes eram comprados no exterior, passando a ter sua produção incentivada internamente, através de barreiras alfandegárias, considerando desde a elevação de impostos até a proibição de importação, assumindo o Estado brasileiro a perspectiva do nacional desenvolvimentismo.

Esse contexto, como afirma Silva (1980) levou à implantação da indústria pesada no país (siderurgia, petroquímica, material elétrico) entre os anos de 1955 a 1961 e ao processo de modernização da agricultura com a instalação das fábricas para produzir máquinas (tratores e equipamentos agrícolas) e insumos agrícolas (fertilizantes químicos, rações e medicamentos

veterinários), criando um mercado consumidor desses produtos, cabendo ao Estado a garantia da ampliação desse mercado por meio da implementação de políticas agrícolas de incentivo a aquisição dos produtos oriundos desses novos ramos da indústria.

Da modernização conservadora à monopolização do território pelo agronegócio

No esforço para acompanhar o desenvolvimento das forças econômicas que movimentam a agricultura brasileira, é notório a marca da *modernização conservadora* a partir de 1965 e se estendendo conforme Delgado (2012, p.13) até 1985, caracterizando um padrão de acumulação de capital denominado pelo autor de capital financeiro na agricultura, com o “desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbano industrial e com o setor externo”.

Nascida do fracasso do movimento pela reforma agrária e como resposta aos desafios impostos pelo processo de industrialização e de urbanização, bem como a necessidade de combinar diversificação e aumento das exportações primárias e agroindustriais, a modernização conservadora, segundo Delgado (2005, p. 60), “não só preservou, mas aprofundou a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto no uso variado de tecnologia como das relações de trabalho predominantes”, processo que, conforme o autor, deixou claro um pacto agrário compreendido de duas faces: a tecnicamente moderna e a socialmente conservadora. E ao integrar de forma técnica, indústria e agricultura abrigou os grandes proprietários de terra.

Na verdade, Delgado (2012, p. 7) analisa a agricultura capitalista brasileira sob impacto da ditadura militar até os tempos de consolidação da hegemonia do agronegócio, identificando três fases bem configuradas, em que “a estrutura econômica da agricultura se move sob a regência de diferentes projetos estratégicos de economia política” que, no entanto, guardam, características em comum na medida em que a estrutura real da propriedade fundiária, manteve-se praticamente intocada. Essas “três fases cíclicas da economia capitalista analisadas, no sentido clássico, de ciclos de economia política da produção e repartição do excedente econômico”, conforme Delgado (2012, p.7), são: a já citada modernização conservadora; o momento seguinte, de transição desta à economia do agronegócio e a fase de reestruturação da economia do agronegócio.

Em esforço com relativa similaridade no sentido de periodizar o desenvolvimento dos ciclos da modernização da agricultura, Martine (1991), toma também como referência três fases, embora definidas com marcadores temporais distintos. Segundo ele, a chamada de fase “conservadora” se desenvolveu de 1965 a 1979. Nesta, situações como a consolidação do parque industrial, a ampliação do crédito rural subsidiado, a internacionalização do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, dentre outras, foram importantes para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola no Brasil. O autor menciona ainda que tanto as mudanças que ocorreram na escala da produção, decorrentes do uso do pacote tecnológico, como as tendências especulativas desencadeadas pelo processo de modernização contribuíram para deixar mais evidenciada a concentração da propriedade da terra, alcançando com isso, as relações de produção no campo. Nesse processo, a terra passou a ser instrumento do capital, sendo a agricultura integrada à dinâmica industrial de produção, com ênfase na ampliação do crédito rural subsidiado e outros incentivos à produção agrícola; se instaurando no país um modelo de desenvolvimento conhecido, nos anos de 1970, como o “milagre econômico” (MARTINE, 1991).

A Política de Crédito Rural subsidiado foi criada em 1965, através de um sistema nacional, que juntamente com a reforma do Sistema Financeiro permitiram a reunificação dos interesses das classes dominantes, em torno da estratégia da modernização conservadora, possibilitando que o Estado restabelecesse o seu poder regulador macroeconômico, mediante uma política monetário-financeira expansionista. Entretanto, a partir do final da década de 1979, o crédito rural perdeu a sua base de sustentação política e acabou sendo impedido de cumprir seu papel frente ao processo de modernização. A interferência da política do Fundo Monetário Internacional (FMI) foi determinante; como assevera Silva (1980, p. 51):

[...] os programas de ajustes impostos pelo Fundo Monetário Internacional, a pretexto de combater o déficit público, impediram que o Tesouro Nacional, via Banco do Brasil, pudesse continuar bancando os volumes demandados de crédito rural nos anos 80. A saída foi reduzir os níveis de subsídios embutidos, basicamente trocando as taxas nominais prefixadas [...] por pós-fixadas.

Segundo Martine (1991), a segunda fase da modernização da agricultura envolve a “crise e retração” que se instalou no período de 1980 a 1984. O crédito subsidiado que teve um forte desempenho na fase anterior, chegou ao final dos anos de 1970 enfraquecido, sofrendo uma crise a partir de 1980. Nesse contexto, a agricultura, embora tendo deixado de ser tratada com prioridade junto ao setor financeiro, verificou-se um bom desempenho da produção

agropecuária, explicado como um fenômeno que “refletiria um estágio de ‘plena’ ou ‘relativa’ maturidade do novo padrão agrícola” (MARTINE, 1991, p. 11). Para o autor, nesse momento há dois processos concomitantes e contraditórios:

Por um lado, o direcionamento de recursos estatais para um número mais limitado de produtos modernos teria sido suficiente para manter os níveis de produção e produtividade do setor como um todo [...]. Por outro lado, a atividade especulativa-financeira com recursos creditícios, assim como a incorporação maciça de áreas novas foram arrefecidas. Isso parece ter proporcionado uma certa reabertura do espaço para o minifúndio e para a busca de condições de sobrevivência entre as formas não-capitalistas ou menos organizadas da produção agrícola, especialmente em áreas mais atrasadas (MARTINE, 1991, p.15).

A terceira e última fase identificada por Martine (1991) é a de “recuperação e supersafras”, ocorrida de 1985 a 1989. A demanda por produtos agrícolas foi impulsionada decorrente do aumento de postos de trabalho no meio urbano, seja no setor industrial, no comercial e no de serviços. Nessa fase, medidas de âmbito governamental foram adotadas para estimular a produção para o mercado interno, com “preços de garantia mais elevados para os produtos da cesta básica, taxas de juros reais negativos do crédito rural (em 86/87), aumentos no volume de crédito disponível para custeio e investimento rural e sustentação das perdas de safra em 1985/86, via PROAGRO” (MARTINE, 1991, p. 16).

Destarte, com os diferentes estímulos à produção voltada para os mercados interno e externo, com uso de recursos públicos, o Brasil, no período, conseguiu “manter níveis relativamente elevados de produção e de renda interna no setor agrícola e dos CAIS [complexos agroindustriais] desde 1985” (MARTINE, 1991, p, 17). Tratando das particularidades desse período no Brasil, Delgado (2010, p. 35-36) chama à atenção para o caráter desigual e os desequilíbrios regionais da modernização da agricultura, indicando que:

(1) o crédito agrícola subsidiado se concentrou nas regiões Sul e Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes; (2) privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária [...]; (3) favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação, [...], [que] provocou um acentuado desequilíbrio na relação entre produção para exportação e produção para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural; (4) a [...] internalização do que na época se chamou de “complexo agroindustrial”, a montante e a jusante, com liderança das empresas multinacionais, num processo que foi também conhecido como de “industrialização (e internacionalização) da agricultura” ou de “revolução verde”; (5) [...] a conjuntura internacional

extremamente favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial; e (6) promoveu um *violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo*, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o Sudeste e o Sul foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970 (grifos nosso).

Assim, como assevera Delgado (2010), a modernização alcançou somente os agricultores capitalistas, as empresas dos Complexos Agroindustriais, os latifundiários “tradicionais” e “modernos” e o sistema financeiro, ficando de fora os pequenos agricultores, os assalariados rurais (em particular os temporários, bóias-frias) e os sem-terra. Acresce-se a isso, não ter se concretizado com os mesmos impactos e resultados em todas as regiões brasileiras, ainda que mantivessem suas características essenciais.

Na perspectiva de Martins (1983), a década de 1970 no Brasil é marcada pela expansão das empresas capitalistas (do setor bancário, industrial e comercial) no campo e pelo processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital. Esse contexto trouxe como consequência a transformação radical da agricultura, integrando-a à dinâmica do processo industrial de produção, propiciada, principalmente, pelo crédito subsidiado, de sorte que “os maiores proprietários, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria” (MARTINE, 1991, p. 10). É nesse sentido que Martine (1991, p. 33) afirma que embora a modernização conservadora tenha conseguido “transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento”, manteve, no entanto, “elevados níveis de pobreza absoluta, fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis, acentuando uma das distribuições de renda mais concentradas do mundo”.

Nesse sentido, considerando que a reprodução da pobreza e da miséria decorre do próprio processo de modernização da agricultura, Delgado (2010) afirma que o seu caráter excludente aumentou a demanda por terra, que mesmo em plena repressão se constituiu como pauta de luta do movimento sindical rural, que se espalhou por todo o país, sendo todavia reprimido, só conseguindo maiores avanços nos anos de 1980, em especial, no contexto da redemocratização do país quando surgem novos atores sociais no campo, que levam a questão agrária para o centro do debate público, ganhando relevância a luta pela reforma agrária, bandeira que unificou os diferentes movimentos sociais do campo.

Da lavra de Delgado (2012, p. 8), pode-se trazer à baila também o entendimento de que no âmbito da política agrícola e agrária ocorrera, de 1980 a 1990, “pressões contraditórias por liberalização comercial, redução do tamanho do Estado, e reconhecimento de novos sujeitos em ambiente de crise externa (gestão do endividamento) e estagnação econômica” acompanhando os processos mais gerais que se processam a partir do avanço da racionalidade neoliberal com suas práticas de redução do tamanho do Estado, desregulamentação e transferência de responsabilidades para a sociedade civil.

Nesse panorama de rearticulação das forças políticas de desmonte do caráter mais interventivo do Estado, associa-se a um panorama internacional de globalização, que, como aponta Fernandes (2008) contribui para intensificar a territorialização do capital e o avanço das políticas neoliberais e seus ajustes estruturais. Como assevera Fernandes (2008, p.287),

O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais).

O processo de globalização segundo Fernandes (2008), trouxe a hegemonia das políticas neoliberais, provocando a emergência do conceito de território, nas direções dos dois Paradigmas que disputavam em torno da questão agrária naquele momento: o paradigma do Capitalismo Agrário e o paradigma da Questão Agrária. Para Fernandes (2003, p.4), o paradigma do capitalismo agrário “desconsidera a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo”, propondo como solução a integração dos camponeses ao mercado e ao capital. No contraponto, o paradigma da questão agrária entende ser as contradições do capitalismo produtoras, simultaneamente, da concentração da riqueza e da expansão da pobreza e da miséria, gerando desigualdades que, no campo, operam pela diferenciação econômica dos agricultores; e, nesse processo pode ocorrer tanto a sujeição, como a resistência do campesinato à lógica do capital.

O território, no primeiro paradigma, desenvolve política de subalternidade e em sua análise não cabe nem contradições e nem conflitos. Em contrapartida, no segundo, o da Questão Agrária, o ponto de partida do território é a soberania, que se caracteriza pela resistência camponesa ao processo de desterritorialização por meio das políticas de desenvolvimento. Nessa perspectiva é que Fernandes (2008, p. 293) afirma que “as políticas neoliberais têm

intensificado o processo de desterritorialização dos territórios não capitalistas das comunidades camponesas e indígenas por meio de empreendimentos realizados em parcerias entre o capital e o Estado”. A desterritorialização e a reterritorialização dos camponeses, segundo o autor, são processos gerenciados pelo capital através da mercantilização das políticas públicas, e a reforma agrária é um exemplo de política que chegou ao campo pela via do mercado.

É no contexto da década de 1990 que emerge e firma-se a agricultura familiar como tese, como paradigma e como política com programa específico. E, nessa perspectiva, o desenvolvimento do agricultor familiar é entendido na dinâmica do capital, e “o Estado tem o papel determinante na elaboração das políticas que garantam a diminuição das desigualdades geradas pelo processo de diferenciação” (FERNANDES, 2001, p.33). Nasce nessa lógica, em 1995, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) que ressoa no mundo rural como importante ferramenta de crédito ao agricultor familiar.

Ao situar esse quadro mais geral de paradigmas em disputa se faz necessário situar os investimentos do Pronaf como uma das expressões da transição da política agrícola, que naquele cenário dos anos 1990, se encontrava a meio caminho do que hoje se apresenta como a economia do agronegócio em expansão.

Situa-se esse quadro mais geral de paradigmas em disputa por entender que se faz necessário um olhar em perspectiva para os investimentos do Pronaf na agricultura familiar no Brasil como uma das expressões dessa transição da política agrícola que, naquele cenário dos anos 1990, se encontrava a meio caminho do que hoje se apresenta como a economia do agronegócio em expansão. É nesse tempo hodierno de crescimento das práticas ultra modernizantes das classes dominantes no campo, que a agricultura familiar sofre com baixos investimentos, sobretudo nas áreas de maior concentração de pobreza, tornando-se alvo da subsunção ao capital de variadas formas, na medida em que os agricultores familiares recorrem a formas distintas de atividades de trabalho para garantir sua reprodução social, associando por vezes o trabalho precário e temporário em empresas do agronegócio.

Destarte, como assevera Delgado (2012, p. 9), nos anos 2000 “se reorganiza, sob a denominação de economia do agronegócio, aquela estratégia de acumulação do capital” dos tempos do período militar. Afinal,

[...] semelhanças notórias as há, na rearticulação do sistema de crédito público (SNCR), na virada do ciclo da valorização fundiária, e na forte presença das cadeias

agroindustriais, no comércio externo de ‘commodities’ rearranjando a parte mais importante da relação externa do conjunto da economia brasileira, da primeira metade da década de 2000 até o presente. As diferenças em relação ao período militar são principalmente o caráter político desse pacto do agronegócio, construído agora sob as condições da ordem democrática, com sustentação parlamentar, forte adesão de todos os governos desde 1999, ainda que à margem do princípio constitucional da função social da propriedade fundiária. Outra diferença significativa é o caráter marcadamente primário exportador dessa estratégia, algo diverso daquilo que ocorrera no período 1965-1985, quando a modernização agrícola se encaixava muito propriamente às estratégias de industrialização, planejadas pelos governos militares (DELGADO, 2012, p. 9).

Na realidade brasileira, o agronegócio, na última década, tem se destacado com a expansão da produção agropecuária e o aumento das exportações de *commodities* e tem como características principais o uso intensivo de tecnologias, de pesquisas científicas inovadoras e políticas oficiais de financiamento. Para Delgado (2012, p. 94) “o agronegócio na acepção brasileira do termo é a associação do capital agroindustrial à grande propriedade fundiária” em um processo que “realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob o patrocínio de políticas de Estado”. Contudo, segundo Fernandes (2008) o processo de construção da sua imagem esconde seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar importância somente ao caráter produtivista. Para Carvalho (2013, p.31-32) o agronegócio buscar ampliar a acumulação capitalista pela via da espoliação através das opções empresariais, compreendidas como

[...] estratégias burguesas da concentração da terra, da produção agropecuária e florestal em larga escala, do monocultivo e da busca de um produtivismo insano que lhes induz ao uso intensivo de agrotóxicos, de hormônios, de herbicidas e de sementes hídras, transgênicas, além de exercitarem hodiernamente o desprezo sociocultural pelos povos do campo e a desterritorialização dos camponeses. E tudo isso numa tendência consentida do agrário brasileiro (CARVALHO, 2013, p. 32).

Para Oliveira (2013), no desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo ocorre tanto a territorialização do capital monopolista quanto a monopolização do território pelo capital. Enquanto que na territorialização do capital os trabalhadores são expulsos do campo e vão se concentrar nas cidades, para serem trabalhadores da indústria, do comércio ou assalariados, na monopolização do território, o capital busca criar, recriar, redefinir relações de produção camponesa e familiar. Ele cria também espaço para o desenvolvimento da produção camponesa, bem como o campesinato como classe social.

Assim, na perspectiva do agronegócio e da agricultura familiar, segundo Fernandes (2008) os territórios se estruturam de formas distintas. Expressam totalidades conflituosas, nas quais são produzidas diferentes relações sociais e promovem modelos de desenvolvimento divergentes e contraditórios. Dessa feita, afirma o autor:

[...] enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. *A paisagem do território do agronegócio é homogênea, enquanto a paisagem do território camponês é heterogênea.* A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. *A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas* no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p. 285-286, grifos nosso).

Destaca-se ainda que a agricultura familiar se desenvolve a partir de formas de produção e de trabalho que tem como centralidade a família. A grande maioria enfrenta dificuldades para se reproduzir, possui pequenos lotes de terras para realizarem o plantio das culturas de subsistências, o crédito agrícola é de baixo acesso, os serviços públicos de saúde e de educação disponíveis são de baixa qualidade.

A lógica familiar, na visão de Wanderley (2003) tem origem na tradição camponesa, que permanece orientando as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos espaços de modernização da produção a que está submetido. Para a autora, de alguma maneira o agricultor familiar continua camponês uma vez que a família é a sua referência principal para a definição das estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão. No entanto, para a lógica do capitalismo não cabe a explicação da presença de agricultores familiares como uma simples reprodução do campesinato tradicional, já que está em curso um processo de mudanças profundas que têm atingido a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar.

Oliveira (2001, p.61) analisa os elementos que caracterizam a produção camponesa a partir de dois aspectos: o primeiro, a força de trabalho familiar, considerada peça fundamental na produção camponesa; afinal, no interior da unidade camponesa a família pode fazer combinação articulada com outras relações de trabalho, como exemplo, o trabalho assalariado, a ajuda mútua e a parceria; e o segundo, é a propriedade da terra, nesse caso, trata-se da propriedade familiar, privada, mas, uma forma de propriedade na qual não há exploração do trabalho alheio, consistindo fundamentalmente em “terra de trabalho”.

Ao analisar a perspectiva de Oliveira, acima exposta, convém demarcar que não pode desconsiderar ser a propriedade em geral, privadamente apropriada na ordem capitalista, ou seja, qualquer forma de propriedade é regida pela forma mercantil e articulada por ela. Porém, o capital se desenvolve de modo desigual e combinado, produzindo paisagens, relações com o ambiente natural e relações sociais marcadas por tensões, contradições e antagonismos; ou seja, essa lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes à ordem capitalista.

No caso dos camponeses, que produzem para o sustento da unidade familiar, o que se sobressai é a natureza familiar da atividade produtiva. Todavia, muitas vezes, se analisadas com a devida acuidade o conjunto das relações que se processam nesse universo de moradia, trabalho e (re)produção da vida camponesa, identifica-se, por exemplo, violações de direitos e mesmo exploração de trabalho marcados pelo viés de gênero e geracional, aspecto que foge aos horizontes do pretendido na análise aqui processada, mas compõem o quadro mais geral das contradições inerentes ao sistema. No contraponto à dinâmica das classes subalternizadas no campo (camponeses, agricultores familiares), o sistema econômico vem produzindo a economia do agronegócio, assentada na produção em larga escala e na monopolização do território este, sobressaindo-se como como força dominante e modelo hegemônico na agricultura.

Conclusões

O crescimento da produção de grãos para o mercado externo, especialmente da soja, compõe o cenário hodierno do Brasil no comércio mundial de “*commodities*” como grande provedor de matérias primas; um quadro que sinaliza - para além da ideia de avanços festejáveis -, muito mais para as permanências de um padrão de longa data no Brasil, frente às economias

dominantes: o modelo agroexportador. Embora com novas determinações na contemporaneidade, este modelo fora duramente combatido por setores industrializantes do passado que o viam como assentado no latifúndio, na monocultura, na concentração da propriedade fundiária, entendendo que a “vocação” de exportadores de matérias primas para as economias centrais, indicava o atraso econômico do Brasil e sua condi o de periferia do capitalismo. Essa leitura, sustentou as políticas nacionais desenvolvimentistas no século XX, dirigindo as a es do Estado para a urbaniza o e a industrializa o sem, contudo, resolver as desigualdades abissais no campo.

Esse cenário de expansão e monopoliza o do território pelo agronegócio, em especial de produ o de grãos, atingindo biomas de grande relevância na preserva o de sua biodiversidade, em particular o Cerrado, implica em uma nova versão da velha inser o primário-exportadora da agricultura brasileira. Contudo, não atinge somente a agricultura, mas também o setor da minera o. Como lembra Delgado (2012, p.9) “empurra o sistema econômico para um duplo processo de superexplora o, de recursos naturais e de trabalho humano, sob pressão de oferecer relativo equilíbrio as transa es externas de mercadorias e serviços”, ao tempo em que produz novas subalternidades de forças produtivas mergulhadas em condi es demasiadamente desiguais de acesso aos direitos e com capacidade reduzida na disputa por recursos públicos.

A agricultura familiar em suas rela es, não raras vezes de confronto com o agronegócio, alcança na atual conjuntura descomunais desafios. A força do capital, que se expande monopolizando o território na forma do agronegócio, tem gerado efeitos deletérios, como a destrui o dos biomas, a expropria o dos camponeses, a migra o temporária, o crescimento do trabalho assalariado de agricultores familiares em condi es precárias de trabalho, entre outros efeitos, sob impulso das classes dominantes no campo firmarem sua hegemonia.

Do exposto, depreende-se ser esse modelo hegem nico na agricultura pleno de tensões e contradi es, ao tempo em que promove a grande produ o para o mercado externo, contrapõe-se às necessidades da agricultura familiar. Com a expansão do território pelo agronegócio, forja-se uma agricultura ultra modernizada para produ o em larga escala de *commodities* para exporta o e assentada na velha concentra o da propriedade fundiária. Nessa din mica, vem sendo produzidas lógicas e teses em confronto, na medida em que as classes subalternizadas, afeitas ao universo familiar na produ o e reprodu o da vida no campo, colhem os efeitos deletérios da monopoliza o do território pelo capital, muitas vezes

tensionando e resistindo, outras, subsumindo-se ou adaptando-se ao mercado, até por força das necessidades prementes impostas pela pobreza no campo.

Com efeito, sabe-se que o Brasil, desde as suas origens como Estado independente, porta a marca da concentração fundiária, da pobreza e da privação de direitos no campo; naqueles primeiros tempos - ainda em contexto de trabalho escravizado -, dos que labutavam para produzir os alimentos dos senhores. Hoje, tendo sido abolida essa forma aviltante do uso da força de trabalho humana, não se pode dizer o mesmo da concentração da propriedade da terra, sendo esta, ainda, uma marca indelével da questão agrária, malgrado, alguns esforços (e muitas lutas) por reforma agrária, firmando o lema: *“terra para quem nela vive e trabalha”*.

AGRICULTURE IN BRAZIL IN TIMES OF EXPANSION AND MONOPOLIZATION OF THE TERRITORY BY AGRIBUSINESS

Abstract:

Agriculture in Brazil in times of expansion and monopolization of the territory by agribusiness is the focus of this article, developed fundamentally from bibliographical research in books and periodicals, also consisting in part of the analytical accumulation of larger scope research. The study highlights the advances and permanences of agriculture in Brazil, from the beginnings - when still under the hegemony of agrarian oligarchies -, to the most recent processes that, based on conservative modernization, currently lead to the broad projection of the agribusiness economy. The results indicate the tensions of this contemporary hegemonic model, in counterpoint to the needs of family farming. With the expansion of the territory through agribusiness, an ultra-modernized agriculture for large-scale production of commodities for export is forged, based on the old concentration of land ownership. In this dynamic, conflicting logics and theses have been produced, as subalternized classes, accustomed to the family universe in the production and reproduction of rural life, reap the deleterious effects of the monopolization of territory by capital, often tensioning and resisting, others, subsuming or adapting to the market, even due to the pressing needs imposed by rural poverty.

Keywords: Agriculture; Agribusiness; Territory.

LA AGRICULTURA EN BRASIL EN TIEMPOS DE EXPANSIÓN Y MONOPOLIZACIÓN DEL TERRITORIO POR LA AGROINDUSTRIA

Resumen:

La agricultura en Brasil en tiempos de expansión y monopolización del territorio por la agroindustria es el foco de este artículo, desarrollado fundamentalmente a partir de la investigación bibliográfica en libros y revistas, que también consiste en parte del cúmulo analítico de investigaciones de mayor alcance. El estudio destaca los avances y permanencias de la agricultura en Brasil, desde los inicios --cuando aún bajo la hegemonía de las oligarquías agrarias--, hasta los procesos más recientes que, basados en la modernización conservadora, actualmente conducen a la amplia proyección de la economía agroindustrial. Los resultados indican las tensiones de este modelo hegemónico contemporáneo, en contrapunto a las necesidades de la agricultura familiar. Con la expansión del territorio a través de la agroindustria, se forja una agricultura ultramodernizada para la producción a gran escala de commodities de exportación, basada en la antigua concentración de la propiedad de la tierra. En esta dinámica se han producido lógicas y tesis conflictivas, ya que las clases subalternizadas, acostumbradas al universo familiar en la producción y reproducción de la vida rural, cosechan los efectos deletéreos de la monopolización del territorio por parte del capital, a menudo tensionando y resistiendo, otras, subsumiendo. o adaptarse al mercado, incluso debido a las necesidades apremiantes que impone la pobreza rural.

Palabras clave: Agricultura; Agroindustria; Territorio.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista Agrária**. Agronegócio e a realidade agrária no Brasil. ed. Especial, p.31-43, jul. 2013. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491. Acesso em: 20 nov. 2020.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre. UFRGS, 2012.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**, Brasília: CONDRAF/MDA, 2010, p. 28-77. Disponível em: https://www.academia.edu/36245667/Brasil_Rural_em_Debate_Colet%C3%A2nea_de_Artigos. Acesso em: 12 de nov.2020.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da nossa Época, v. 92).

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária no governo Lula: a esperança**. 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 272-303.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5.ed. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

IANNI, O. **O ciclo da Revolução Burguesa**. Vozes. Petrópolis, 1984.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINE G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo, nº 23, p. 7-37, março, 1991.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5.ed., Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate da década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 103-172.

PRADO JÚNIOR. C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

SOARES. L. L.; VIANA, M. R. Da emergência tardia à vaga neoliberal: notas acerca do Sindicalismo no Brasil e no Piauí. *In*: VIANA, M. R; OLIVEIRA, F. M. de; MEDEIROS, L. B. (Org.) **Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Piauí**. EDUFPI, 2019, p. 21-46.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

TITAN JÚNIOR, S. [Orelha do livro] *In*: SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.11, n. 22. Rio de Janeiro, p. 42-61, out., 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/22>. Acesso em: 10 jun.2021.

Sobre os autores:

Conceição de Maria Sousa Batista Costa é Doutora (2021) e Mestre (2006) em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Assistente Social com graduação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e servidora pública na esfera estadual. E-mail: ceica_batista28@yahoo.com.br

Masilene Rocha Viana é Doutora (2005) em Ciências Sociais e Mestre (1999), em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: masilene.rocha@ufpi.edu.br